

# Mecanismos de gestão da APA Delta do Parnaíba, Piauí, Brasil

Management mechanisms of APA Delta do Parnaíba, Piauí, Brazil

Abreu, R. S.<sup>1</sup>; Moura<sup>2</sup>, L.M.  
*ricardo.s.abreu@hotmail.com;*

## Resumo

A APA Delta do Parnaíba prevê usos de modo controlado do ambiente e de seus recursos sem a exigência de sua preservação total, visando a conservação e a sustentabilidade. No trecho da APA que corresponde ao território piauiense, evidenciou-se a necessidade de tratar sobre a gestão sustentável desta área, no que se refere à utilização de seus recursos e formas de relação entre sociedade e natureza. Com objetivo de apontar e relacionar os mecanismos de gestão da APA Delta do Parnaíba considerando as ações empreendidas ou motivadas pelo poder público, pela sociedade civil organizada e a iniciativa privada no litoral do Piauí, esta investigação empregou os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Como resultados foram relacionados as formas de Gestão identificados na APA Delta do Parnaíba e suas respectivas ações, destacando-se o Plano de Manejo, o Conselho Consultivo, o papel das ONGs e as parcerias público-privadas. Infere-se que a gestão das unidades de conservação, não pode ser totalmente compreendida apenas no contexto das políticas públicas voltadas para a proteção da natureza, necessitando de parcerias, que podem se constituir como aliadas da gestão pública na conservação da biodiversidade e dos recursos naturais no território da APA.

**Palavras-chave:** Mecanismos de Gestão. Unidade de Conservação. APA Delta do Parnaíba.

## Abstract

The APA Delta of Parnaíba provides controllably use of the environment and its resources without the requirement of its total preservation, to promote the conservation and sustainability. In the section of the APA that corresponds to the territory of Piauí, it was evident the need to deal with the sustainable management of this area, regarding the use of its resources and forms of relationship between society and nature. Aiming point and select the management mechanisms of the APA Delta do Parnaíba, considering the actions taken or motivated by the government, by organized civil society and the private sector in Piauí coast, this investigation used the following methodological procedures: bibliographical, documentary and field researches. The results indicated the identified management forms in the APA Delta do Parnaíba and their respective shares, highlighting the Management Plan, the Consulting Council, the role of NGOs and public-private partnerships. It considers that the management of protected areas, may not be fully understood only in connection with public policy, focused to the protection of nature, requiring partnerships which can be as allies of public management of biodiversity and natural resources conservation in the APA territory

**Keywords:** Management mechanisms. Protected Natural Areas. APA Delta do Parnaíba.

## 1. INTRODUÇÃO

A preocupação em se estabelecer políticas públicas para gerenciamento ou gestão das áreas costeiras tem sido ponto comum das sociedades dos países, como o Brasil, independente de sua extensão. Destarte, essa questão implica em se considerar no âmbito do planejamento econômico, ambiental e territorial do país em mecanismos de gestão para estas áreas. Souza (2009) afirma que se evidencia cada vez mais a necessidade de conhecimento e planejamento do litoral, pois são áreas que historicamente apresentam tendência tanto para uma maior concentração populacional como para atividades produtivas.

<sup>1</sup>Ricardo da Silva Abreu, Núcleo de Estudos sobre a Zona Costeira do Estado do Piauí – NEZCPI, Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Teresina,-PI, Brasil

<sup>2</sup>Liège de Souza Moura, Coordenação de Geografia/Núcleo de Estudos sobre a Zona Costeira do Estado do Piauí – NEZCPI, Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Teresina,-PI, Brasil

No Brasil a zona costeira encontra-se amparada pela legislação sendo considerada como Patrimônio Natural, conforme disposto na Constituição Federal de 1988, Capítulo 225, que trata do Meio Ambiente, inciso 4º, (BRASIL, 2012), no entanto se configura como uma das porções territoriais do país que mais se distinguem problemas de ordens variadas. Além disso, na política ambiental brasileira para conservação do meio ambiente também se prevê a criação de Unidades de Conservação (UC), através do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), com diretrizes próprias que estabelecem critérios de uso direto ou indireto para áreas consideradas de relevância natural, cultural, arqueológica etc. (BRASIL, 2000).

A zona costeira piauiense insere-se em uma categoria de Unidade de Conservação de uso direto ou sustentável, denominada Área de Proteção Ambiental (APA) Delta do Parnaíba, que prevê uma utilização controlada do ambiente e de seus recursos. A APA foi criada pelo Decreto Federal s/n de 28 de agosto de 1996, abrangendo municípios do Piauí (Parnaíba, Luís Correia, Ilha Grande e Cajueiro da Praia), Maranhão (Paulino Neves, Tutóia, Araiões e Água Doce) e Ceará (Chaval e Barroquinha) abrangendo uma área total de 307.590,51 hectares (BRASIL, 1996).

A partir da compreensão de que estes espaços prescindem de ações que priorize uma gestão sustentável, e que estabeleça medidas e propostas de utilização de seus recursos de maneira adequada, para viabilizar a efetiva implementação de mecanismos para a sua conservação, este trabalho tem como objetivo apontar e relacionar os mecanismos de gestão da APA Delta do Parnaíba considerando as ações empreendidas ou motivadas pelo poder público, pela sociedade civil organizada e a iniciativa privada na abrangência do Piauí.

## **2. METODOLOGIA**

No estudo empregou-se uma análise de abordagem qualitativa, que, de acordo com Minayo (1999) tem como finalidade buscar significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes evidenciando relações entre processos e fenômenos que se manifestam na área em questão. Como método de análise teórico fez-se uso da Análise-Síntese, permitindo uma compreensão dos aspectos relacionados à efetividade da gestão sustentável da APA Delta do Parnaíba.

Os procedimentos trabalhados durante a pesquisa foram a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo, com o emprego de técnicas de observação direta e conversas informais visando uma maior aproximação com o objeto e favorecendo a análise necessária para discutir os mecanismos de gestão existentes na UC.

### 3. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs) E OS MECANISMOS DE GESTÃO

#### 3.1 Unidades de Conservação: contexto no mundo e no Brasil

A criação de uma Unidade de conservação (UC) tem como principal objetivo cuidar da manutenção e conservação de áreas naturais de forma menos alterada possível, funcionando como estratégias vitais na conservação da biodiversidade. Segundo a União Internacional para Conservação da Natureza (UICN) unidade de conservação é “uma área de terra e/ou mar especialmente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica, e dos recursos naturais e culturais associados e manejados por meio legal ou outros eficazes.” (UICN, 1994 apud PEREIRA E SCARDUA, 2008, p.97).

Em busca de resgatar porções naturais de seu território os países criaram áreas protegidas por lei para garantir as riquezas da fauna e flora, chamadas de Unidades de Conservação. Embora, apenas decretar uma porção do território nacional não garanta a proteção necessária para essas áreas de conservação, sujeitas a diversas ameaças a sua biodiversidade, como exploração desordenada dos recursos naturais e transformações da paisagem, gera a necessidade de gestão e ou manejo dessas unidades.

A criação do Parque Nacional de Yellowstone (1872) constitui-se no marco da proteção de áreas naturais contra os processos destrutivos da ação humana, tornando-se referência para outros países que a partir do modelo norte-americano também criaram parques em seus territórios. (DIEGUES, 1996).

No contexto brasileiro a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) define uma UC como “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (BRASIL, 2000, não paginado).

Estas UCs estão organizadas em duas categorias: de Proteção Integral e de Uso Sustentável, sendo a APA Delta do Parnaíba, foco deste estudo, pertencente à categoria de Uso Sustentável.

#### 3.2 Mecanismos de Gestão

A definição de espaços destinados à manutenção de determinados recursos naturais não se constitui suficiente para a garantia da proteção da natureza, considerando que mesmo legalmente criados, são sujeitos à exploração de seus recursos, que podem provocar significativa alteração na

paisagem e perdas na diversidade biológica. Portanto, mecanismos para operar uma gestão controlada ou o manejo é essencial para as Unidades de Conservação.

O Manejo de Unidades de Conservação é definido como: “O conjunto de ações e atividades necessárias ao alcance dos objetivos de conservação de áreas protegidas, incluindo as atividades fins, tais como proteção, recreação, educação, pesquisa e manejo dos recursos, bem como as atividades de administração ou gerenciamento” (IBAMA E GTZ, 1996, apud ARAUJO, 2007, p. 117).

#### **4 APA DELTA DO PARNAÍBA: MECANISMOS DE GESTÃO E SUSTENTABILIDADE**

##### **4.1 Aspectos Gerais da UC**

A APA Delta do Parnaíba, tendo por finalidade proteger o ecossistema costeiro formado por mangues e dunas, predominando o bioma marinho costeiro (BRASIL, 1996), é um tipo de Unidade de Conservação (UC) de uso sustentável. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) conceitua Área de Proteção Ambiental como

uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, 2000, não paginado).

Estas unidades podem ser constituídas em terras públicas ou privadas. Contanto que respeitados os limites constitucionais pode ser estabelecida a utilização de uma propriedade privada localizada em uma APA.

Na análise do Plano de Manejo da APA Delta do Parnaíba pôde-se perceber com mais clareza os objetivos apontados para a criação da UC em questão, assim discriminados:

- I. Proteger os deltas dos rios Parnaíba, Timonha e Ubatuba, com sua fauna, flora e complexo dunar;
- II. Proteger remanescentes de mata aluvial;
- III. Proteger os recursos hídricos;
- IV. Melhorar a qualidade de vida das populações residentes, mediante orientação e disciplinas das atividades econômicas locais;
- V. Fomentar o turismo ecológico e a educação ambiental;
- VI. Preservar as culturas e as tradições locais (IBAMA, 1998, p. 19).

##### **4.2 Aspectos Legais**

A regularização da situação fundiária da APA está relacionado ao regime de exploração e do tipo de cultivo efetuado, que determina maior ou menor acesso à terra, sendo que o

desenvolvimento da agricultura de subsistência e da pecuária extensiva definem a estrutura fundiária existente na região, além da questão de expressiva presença de outras formas de ocupação do espaço como residências para veraneio, aquicultura e empreendimentos turísticos.

Os limites da APA estão demarcados a partir dos municípios que abrange, sendo estes: Parnaíba, Luís Correia, Ilha Grande e Cajueiro da Praia no Piauí; Água Doce, Paulino Neves, Araiases e Tutóia, no Maranhão e Chaval e Barroquinha, no Ceará.

Para a Área de Proteção Ambiental implica agregar recursos humanos e financeiros adequados aos objetivos da UC, que consideram compatibilizar a conservação dos recursos naturais presentes, por meio de atividades produtivas sustentáveis, visando à melhoria da qualidade de vida da população local.

No que se refere aos conflitos com a comunidade local observa-se que estes ocorrem a partir da presença de expressiva especulação imobiliária com a ocupação de áreas inapropriadas, implementação de projetos de grande porte como *resorts* e usina eólica, que pode levar a processos conflituosos, nem sempre são resolvidos com o atendimento à comunidade local.

#### 4.3 Mecanismos de Gestão

O estudo permitiu reconhecer e relacionar os Mecanismos de Gestão identificados na APA Delta do Parnaíba com seus objetivos, ações e parcerias existentes para auxiliar no cumprimento das propostas elencadas da UC, apresentados no quadro 01.

Os Mecanismos de Gestão identificados estão diretamente ligados aos órgãos públicos, sociedade civil e iniciativa privada, e essas parcerias são de fundamental importância para que a APA Delta do Parnaíba tenha o auxílio necessário para o cumprimento de suas atribuições, através de ações e projetos de conservação do meio ambiente e sustentabilidade, contando também com iniciativas sociais da população local e fiscalização dos órgãos competentes. Quanto a participação da iniciativa privada, foi possível identificar que existe por meio da participação efetiva no conselho consultivo da UC.

**Quadro 01.** Mecanismos de gestão identificados na APA Delta do Parnaíba. **Fonte:** Abreu e Moura, 2016.

Gestão	Descrição	Ações	Parcerias
Plano de Manejo	Estabelece normas, restrições para o uso, ações a serem desenvolvidas e manejo dos recursos naturais da UC e entorno, visando minimizar os impactos negativos sobre a UC, garantir a manutenção dos processos ecológicos e prevenir	Orienta os usos dos recursos. Disciplina as atividades que podem ser desenvolvidas na UC e apresenta o zoneamento da APA.	Elaborado pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Sociais (IEPS) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), em parceria com o IBAMA.

	a simplificação dos sistemas naturais.		
Conselho Consultivo	Criado pela Portaria ICMBio nº 27 de 27 de dezembro de 2007, constituído titular e suplente das instituições que o compõe, representantes do setor público e da sociedade civil organizada. Finalidade de contribuir com a implantação e implementação de ações destinadas à consecução dos objetivos de criação da APA (BRASIL, 2007).	Acompanha a gestão compartilhada e fortalecimento comunitário.  Fiscalização e Monitoramento Ambiental: em defesa do camarão e caranguejo, contra pesca predatória, caça desmatamento e queimadas.	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), Associações e ONGs da região. Associação dos empresários da Rota das Emoções (AETRE)
Parcerias com Sociedade Civil Organizada	As ONGs são associações da sociedade civil que se organizam para a execução de atividades cujo caráter é de interesse público, que tem como papel organizar e desenvolver atividades de apoio à pesquisa, legislação e políticas públicas, educação ambiental e comunicação em diferentes áreas e mobilizar a opinião pública e o apoio da população para melhorar determinados aspectos da sociedade.	Projeto Manatí (ONG Aquasis): realiza ações integradas de Monitoramento de Encalhes, Resgate, Reabilitação e Educação Ambiental visando a conservação do Peixe-Boi. Projeto BIOMADE (Instituto Tartarugas do Delta): realiza o levantamento da biodiversidade marinha da APA Delta do Parnaíba.	ONGs: Aquasis (Associação de pesquisa e prevenção de ecossistemas aquáticos); CIA (Comissão Ilha Ativa), ITD (Instituto Tartarugas do Delta) Associações de Moradores e Colônias de Pescadores.
SISBIO	Sistema pelo qual os pesquisadores solicitam autorização para coleta de material biológico e para realização de pesquisa em UCs. Permite ao ICMBio realizar gestão das informações resultante das pesquisas realizadas visando a conservação da biodiversidade	Concessão de autorizações, licenças permanentes e comprovantes de registro voluntário para coleta de material.	Parceria com o CNPq, que disponibiliza a Plataforma Lattes, tendo à disposição o currículo do pesquisador para aperfeiçoar a análise de uma solicitação de autorização.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do trabalho permitiu apontar os Mecanismos de Gestão que foram identificados na APA Delta do Parnaíba, assim como as ações empreendidas a essa Unidade de Conservação. Observou-se que a gestão dessa área de conservação, não pode ser totalmente compreendida apenas no contexto das políticas públicas voltadas para a proteção da natureza, necessitando de parcerias com sociedade civil e com a iniciativa privada que podem se constituir

como aliadas da gestão pública na conservação da biodiversidade e dos recursos naturais no território da APA.

Foi identificado a participação de ONGs e Associações de Moradores trabalhando em conjunto ao ICMBio para otimizar o cumprimento das propostas existentes da UC, como a ideia de sustentabilidade que relaciona os recursos naturais ao desenvolvimento econômico e social. Projeto Manatí (ONG Aquasis), Projeto BIOMADE (Instituto Tartarugas do Delta) e Projeto Pesca Solidária (CIA) são exemplos de como a sociedade civil atua em parceria com as ações públicas, e que de fato apresenta bons resultados no desenvolvimento do seu trabalho.

## 5. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. A. R. **Unidades de Conservação no Brasil: da República à Gestão de Classe Mundial.** Belo Horizonte: SEGRAC, 2007. 270 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal / Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. 103 p.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/doc/snuc.pdf>. Acesso em 27. dez. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto de 28 de agosto de 1996.** Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba, nos Estados do Piauí, Maranhão, e Ceará, e dá outras providências. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/DNN/Anterior%20a%202000/1996/Dnn4368.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/Anterior%20a%202000/1996/Dnn4368.htm). Acesso em: 21 abr. 2015.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO. **Portaria nº 27, de 10 de dezembro de 2007.** Disponível em: [http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/portarias/apa\\_do\\_delta\\_do\\_parnaiba.pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/portarias/apa_do_delta_do_parnaiba.pdf). Acesso em 27. dez. 2015.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 1996. 169 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. **Plano de Gestão e Diagnóstico Geoambiental e Sócio-econômico da APA Delta do Parnaíba**. Fortaleza: IEPS/UECE, 1998.101 p.

MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 80 p.

PEREIRA, P. F.; SCARDUA, F. P. Espaços territoriais especialmente protegidos: conceito e implicações jurídicas. **Ambiente & Sociedade**, Campinas v. XI, n. 1, p. 81-97, jan.-jun. 2008.

SOUZA, M. L. C. **Interesses na produção do espaço no Litoral Norte da Bahia: Massarandupió e seu entorno**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2009.160 p.

## 6. AGRADECIMENTOS

Trabalho decorrente de projeto de pesquisa “APA Delta do Parnaíba: da implementação, aos mecanismos de gestão e a sustentabilidade ambiental” do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, inserido nas atividades de investigação do Núcleo de Estudos sobre a Zona Costeira do Estado do Piauí – NEZCPI, com bolsa financiada pelo CNPq, aos quais, os autores expressam seus agradecimentos. Agradece-se também a colaboração da gestão da APA para o desenvolvimento da pesquisa.

---

Recebido em: 14/08/2016

Aceito para publicação em: 01/10/2016